

# **Existir no neoliberalismo: reflexões sobre subjetivação e sofrimento psíquico no contemporâneo**

**Isadora dos Santos Alves<sup>1</sup>**  
**Mariana Tavares Cavalcanti Liberato<sup>2</sup>**  
**João Paulo Pereira Barros<sup>3</sup>**  
**Vládia Jamile dos Santos Jucá<sup>4</sup>**  
**Universidade Federal do Ceará**

**Resumo:** Mais que uma política econômica, o Neoliberalismo opera seu funcionamento sobre modos de subjetivação orientados pelo individualismo e por relações sociais pautadas na concorrência. Tal panorama afeta e atravessa o campo de vivência e compreensão do sofrimento e da saúde mental. Este artigo visa refletir sobre as incidências do neoliberalismo na subjetividade, no sofrimento e nos seus modos de gestão no contemporâneo. Trata-se de um estudo teórico, construído por referenciais da Psicologia Social, em interface com a Saúde Coletiva e as Ciências Sociais.

**Palavras-chave:** neoliberalismo; subjetivação; sofrimento; saúde mental.

<sup>1</sup> Psicóloga pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

<sup>2</sup> Psicóloga pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre e doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora Adjunta do Departamento de Psicologia e docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC.

<sup>3</sup> Psicólogo, mestre em Psicologia e doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Adjunto do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC.

<sup>4</sup> Psicóloga pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutora em Saúde Coletiva pela UFBA. Professora Adjunta do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFC.

# Existing in neoliberalism: reflections on contemporary subjectivation and psychic suffering

**Abstract:** More than an economic policy, Neoliberalism operates on modes of subjectivation guided by individualism and social relations based on competition. This panorama affects and crosses the field of experience and understanding of suffering and mental health. This article aims to reflect on the incidences of neoliberalism on subjectivity, suffering and its modes of management in the contemporary world. This is a theoretical study, built by Social Psychology frameworks, in interface with Collective Health and Social Sciences.

**Keywords:** neoliberalism; subjectivation; suffering; mental health.

# Existir en el neoliberalismo: reflexiones sobre subjetivación y sufrimiento psíquico en el contemporáneo

**Resumen:** Más que una política económica, el Neoliberalismo opera su funcionamiento sobre modos de subjetivación orientados por el individualismo y por relaciones sociales basadas en la competencia. Tal panorama afecta y atraviesa el campo de vivencia y comprensión del sufrimiento y de la salud mental. Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las incidencias del neoliberalismo en la subjetividad, en el sufrimiento y en sus modos de gestión en el contemporáneo. Se trata de un estudio teórico, construido a partir de referencias de la Psicología Social, en interacción con la Salud Colectiva y las Ciencias Sociales.

**Palabras clave:** neoliberalismo; subjetivación; sufrimiento; salud mental.

Compreende-se o Neoliberalismo como um sistema normativo de caráter sistêmico, sendo a razão do capitalismo contemporâneo (DARDOT e LAVAL, 2016). As bases desse modo de organização social assentam-se sobre modos de subjetivação orientados por um individualismo e por relações sociais pautadas na concorrência e na ausência de solidariedade. Tal panorama afeta e atravessa o campo de vivência e compreensão do sofrimento e da saúde mental, de modo a gerar reflexões nos saberes e práticas da Psicologia, em sua interface com a Saúde Coletiva e as Ciências Sociais.

Nesse sentido, este artigo, fruto de uma pesquisa no âmbito do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) que discutiu os processos de subjetivação neoliberais, visa refletir sobre as incidências do neoliberalismo no sofrimento e nos seus modos de gestão no contemporâneo. Temos como principais ferramentas teóricas os estudos críticos ao sistema normativo neoliberal, articulados ao campo da saúde coletiva e da psicologia social, enfatizando temas como subjetivação neoliberal, políticas subjetivas de exclusão, modos de gestão do sofrimento e gramáticas de reconhecimento no neoliberalismo (SAFATLE, SILVA JUNIOR e DUNKER, 2021).

Em uma abordagem conceitual, podemos entender o Neoliberalismo como uma política econômica que fundamenta as ações do Estado nesta fase contemporânea do capitalismo (DARDOT e LAVAL, 2016; FOUCAULT, 2008) – financeirizado, globalizado e especulativo. Nessa esteira, tem-se como principal aspecto deste sistema a economia e o mercado como princípios reguladores que balizam as ações estatais e o desenho das políticas públicas, implicando na redução gradativa de gastos sociais e no desmonte do sistema de proteção social em prol da desregulamentação do mercado.

Todavia, interessa-nos discutir o neoliberalismo muito mais que uma doutrina econômica, mas como lógica normativa generalizada, que atravessa desde os modos de governo e configurações de Estado até o campo subjetivo e a organização social (FOUCAULT, 2008). Nesse sentido, o neoliberalismo como governamentalidade tem, como forma privilegiada de ação, a gestão de modos de ser e sofrer na contemporaneidade, de modo que as narrativas e políticas neoliberais são descentralizadas do campo da economia e passam a estar presentes em diversas esferas do discurso e das práticas sociais.

Para Dardot e Laval (2016: 7), o neoliberalismo é definido como “o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. Nesse sentido, desstoando do liberalismo clássico, o neoliberalismo inova ao “criar um novo conjunto de regras que definem não apenas outro “regime de acumulação”, mas também, mais amplamente, outra sociedade” (DARDOT e LAVAL, 2016: 24). Em síntese, o projeto neoliberal, orientado pelo individualismo exacerbado e pela gene-

ralização da lógica concorrencial, propõe um novo modo de organização de sociedade, de modo a atravessar diversos âmbitos da vida social e da experiência subjetiva.

Entendendo o neoliberalismo de modo mais amplo e complexo, propomos pensar subjetividade e sofrimento na atualidade, refletindo sobre os modos pelos quais tais experiências têm sido geridas nesta atual fase do capitalismo. Algumas literaturas já têm realizado reflexões profícias sobre o tema, como Innocencio (2021) que, ao tomar como base o paradigma dos Determinantes Sociais em Saúde (DSS) para analisar e discutir a epidemiologia do sofrimento psíquico na sociedade atual, atenta-se aos atravessamentos e às repercussões do modo de vida capitalista e neoliberal na produção e gestão desse sofrimento. Já Angel (2020) reflete sobre os impactos do neoliberalismo como sistema normativo na saúde mental da população, ampliando a lente para processos que são produzidos ou intensificados mediante a penetração dessa lógica na assistência em saúde, como a medicalização e o fortalecimento da atenção biomédica.

Diante de estudos e abordagens ampliadas, fica evidente que a discussão sobre neoliberalismo e saúde mental, no que toca aos modos de subjetivação e sofrimento, produz inúmeros questionamentos e impasses para a Psicologia, seus saberes e práticas, além de suas interlocuções com outras áreas das Ciências Humanas e Sociais. É nesse sentido que chegamos à pergunta que guia este artigo: Que modos de existir e sofrer são geridos pelo neoliberalismo? Propomos uma discussão teórica mediante duas categorias-chave – sujeito e sofrimento –, direcionando nossa análise a partir da compreensão e da problematização do sistema normativo neoliberal.

## Bases para a compreensão da subjetividade no neoliberalismo

Sendo um modo de gerir e intervir sobre diversas dimensões da vida em sociedade (SAFATLE, SILVA JUNIOR e DUNKER, 2021), o neoliberalismo pode se caracterizar como um dispositivo que, numa leitura deleuziana, possui suas linhas de saber, de força e, em destaque, de subjetivação (KASTRUP e BARROS, 2009), em que estas últimas produzem modos de existir, de nos constituirmos como sujeitos.

Assim sendo, entendemos que a dimensão subjetiva faz parte do neoliberalismo, isto é, “tal racionalidade política exige a produção de um sujeito, com valores morais e formas de sociabilidade adequados a ela. Há um sujeito que foi produzido especificamente pela formação discursiva neoliberal” (SILVA JUNIOR, 2021: 261).

Diante de tal pressuposto, num primeiro momento, damos ênfase às noções centrais do *ethos* neoliberal para a compreensão dos processos de subjetivação na atual fase do capitalismo, as quais se constituem como categorias de ação econômica com forte teor psicológico-moral, oferecendo modelo próprio de sujeito no neoliberalismo (SAFATLE, SILVA JUNIOR e DUNKER, 2021).

Propomos, ainda, uma reflexão sobre as diferenciações e os tensionamentos existentes entre diversos modos de se constituir sujeito no neoliberalismo. Partindo do entendimento que um sujeito empresário de si mesmo (FOUCAULT, 2008), que se gere como uma empresa, é um vencedor no modo de vida neoliberal, quais são as implicações subjetivas aos lidos como “fracassados”, “sobrantes” e “descartáveis”? Dessa maneira, é apresentada a ideia de que a gestão subjetiva de tais sujeitos e grupos, comumente inaptos a disputar a “corrida” por condições

opressoras estruturais, frequentemente coincide com a gestão de processos de exclusão e barbárie.

## **Fundamentos da subjetivação neoliberal: correspondências entre sujeito e empresa**

De fato, o neoliberalismo é defendido por Dardot e Laval (2016) como uma lógica normativa sistêmica e global devido a seu aspecto transversal, que articula diversas áreas, como política, economia, psicologia, moral, entre outras disciplinas, na produção de uma forma de vida que, no projeto neoliberal, se traduz na expansão indefinida, especialmente no campo subjetivo, da forma empresa e da razão concorrencial do mercado (DARDOT e LAVAL, 2016).

Mas qual seria a natureza deste sujeito-empresa, orientado aos ditames do mercado? A bandeira levantada pela doutrina neoliberal é a de que a percepção de si mesmo como empresa a ser gerida, assim como a percepção dos outros mediante a lógica competitiva, são de origem quase que espontânea se estivermos sob condições de intervenção econômica e social mínima ou inexistente (SAFATLE, SILVA JUNIOR e DUNKER, 2021).

Foucault (2008) aponta que, no neoliberalismo, a forma empresa é generalizada e, diferentemente do liberalismo clássico, aqui há o retorno do homo oeconomicus não como sujeito de troca, mas empresário de si mesmo. Nesse caso, o pensamento foucaultiano conduz à ideia de que, para que a sociedade funcionasse sob a lógica empresarial, tornou-se necessária uma estratégia a nível psicológico, resultando na ideia “empresário de si”.

Numa espécie de engenharia psicológica e social, o neoliberalismo produz sujeitos que se esforçam cotidianamente a se objetivarem numa forma empresa, atribuindo a si próprios metas de produtividade, aplicando técnicas de gestão e administração empresarial, e elaborando formas de autoavaliação e autovigilância. Em síntese, a subjetivação neoliberal demarca a emergência de subjetividades entranhadas à lógica empresarial e de custo-benefício. É por essa via que Fisher (2021) discorre sobre o que ele chama de “ontologia empresarial”, que seria a ideia inquestionável de que, desde instituições sociais até à dimensão subjetiva, a forma empresa é o modelo pelo qual, natural e obviamente, devemos administrar a sociedade.

Tal fenômeno tem repercussões diferenciadas no campo subjetivo, pois, como bem pontua Safatle, Silva Junior e Dunker (2021), o ideal de empresário de si, além de expressar modos de autogestão e impor metas para o alcance de virtudes necessárias para uma “empresa de sucesso” – como flexibilidade, produtividade e dedicação –, inaugura um novo paradigma de normalidade psicológica, baseado nas definições de sujeito empreendedor, dinâmico, adaptável e proativo. Aqueles que não atendem a tais critérios engendrados pela organização social baseada no modelo empresa, serão considerados “anormais”, sujeitos desviantes (CAMBAÚVA e SILVA JUNIOR, 2005).

Ademais, outro pressuposto fundamental do ideal de empresário de si mesmo é a liberdade individual, a qual seria uma autonomia sem heteronomia (SAFATLE, SILVA JUNIOR e DUNKER, 2021), a livre escolha de o quanto cada um investe em si (BERNARDES, PELLICCIOLI e MARQUES, 2013). Tal perspectiva é interessante ao articularmos com os modos de subjetivação, pois a liberdade neoliberal é a liberdade de ação individual sem transcendências, isto é, sem leis ou ditames externos que interditem o potencial do sujeito de ser seu próprio senhor e alcançar seus objetivos individuais (CAMBAÚVA e SILVA JUNIOR, 2005). Sob

a ótica de uma liberdade impenetrável à alteridade, o modelo de sujeito é aquele de um indivíduo “concebido em uma relação de exclusão mútua com o outro” (SILVA JUNIOR, 2021: 272).

A ideia que exprime mais precisamente essa associação entre autogestão, investimento de si e liberdade para investir em prol dos seus próprios objetivos é o conceito de capital humano, formulado pelo economista e teórico neoliberal Gary Becker (FOUCAULT, 2008; SAFATLE, SILVA JUNIOR e DUNKER, 2021). Tal conceito diz respeito a um direcionamento da ação humana sempre em torno da contínua autovalorização; refere-se também, consequentemente, a uma relação consigo mesmo (DARDOT e LAVAL, 2016), pois, a partir da lógica do capital humano, percebemo-nos como mercadoria, como capital a ser valorizado. Diante desse cenário, nenhuma atividade pode ser encarada sem uma análise de custos e benefícios.

Assim, nesse contínuo modo de análise das ações do sujeito a partir de um eixo de cálculo de riscos e rentabilidade, em que ações e projetos arriscados só devem ser encarados se forem levados em conta os ganhos futuros, a subjetivação neoliberal tem como modo de percepção central de si o “investidor”, o “eu-empresa”. Isso traduz categoricamente um campo que não era considerado econômico como principal e essencialmente econômico (FOUCAULT, 2008).

Tal lógica do capital humano, com ótima incidência no campo da produção de subjetividades, pode ser especialmente observada nas práticas em saúde e educação, pois nesses eixos de conexão com o neoliberalismo são apreendidos aspectos do imperativo da lógica de valorização do capital. É de se perceber como muito comumente a busca por serviços de saúde e educação é encarada sob a razão do “investimento em si” ou, como coloca Foucault (2008), como modo de melhorar o capital humano. A partir de um pensamento de autogestão e foco individual, a racionalidade neoliberal atravessa as práticas em saúde na medida em que o serviço se torna uma oportunidade de valorização de si, como um investimento, impulsionando “o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver, na competição” (DARDOT e LAVAL, 2018: 331).

A título de ilustração, a prática psicológica reveste-se de um valor diferente, isto é, como um juro valoriza o capital, o serviço psicológico, principalmente a psicoterapia individual, pode qualificar o sujeito a ser empreendedor do seu próprio desenvolvimento, adquirindo ou aprimorando “virtudes”, habilidades e competências para sobreviver às demandas do mercado (BERNARDES, PELLICCIOLI e MARQUES, 2013; SAFATLE, SILVA JUNIOR e DUNKER, 2021). Tal situação se torna uma problemática ainda mais comum e consolidada, quando observamos a cultura profissional da psicologia, que, segundo Dimenstein (2000), é congruente a uma leitura hegemônica individualista e comprometida com interesses do mercado.

Diante de tal discussão sobre aspectos constitutivos da subjetivação neoliberal, tomando como pontos norteadores o sujeito empresário de si, a liberdade individual e o capital humano, cabe-nos refletir: quais são procedimentos tomados pela lógica neoliberal diante de sujeitos “perdedores” da corrida concorrencial do mercado, insuficientes e incapazes de se autogerir e produzir ganhos? E aqueles sujeitos que não possuem condições para disputar essa corrida?

## **Os “ingerenciáveis” da lógica empresarial de si: neoliberalismo e exclusão**

A tônica do individual em detrimento do coletivo, reforçada no próprio desmantelamento do Estado social, delineia um diferente modo de gestão da vida em sociedade, pautada na competição e na quase ausente solidariedade, com relações sociais configuradas segundo o modelo do mercado (DARDOT e LAVAL, 2016). O que se percebe é que a lógica concorrencial se torna um presságio de não apenas um novo modelo de sujeito bem-sucedido, o sujeito do neoliberalismo, mas também desenha quem é, por que e o que fazer com aqueles sujeitos que perdem a competição, ou mesmo aqueles a quem lhes é negado o direito de participar da corrida.

É nesse ponto que a norma de vida neoliberal, nos campos subjetivo, político e social, se encontra com a gestão da barbárie. Isso porque, ainda que haja a falácia neoliberal de que vivemos períodos modernos, longe de momentos horrendos da história humana, com genocídios, guerras e escravização, o neoliberalismo reproduz tais fenômenos pois precisa que haja fracassos e descartes de muitos em prol da manutenção da vida de poucos. Assim, a gestão de sujeitos vivos e livres ao mercado está à serviço da exclusão, da precarização e do apagamento de uma maioria (FRANCO, 2021).

Em detrimento disso, gestão subjetiva também é gestão da exclusão e da bárbarie na hegemonia neoliberal. Se olharmos a partir de leituras e releituras foucaultianas, toda biopolítica também seria uma necropolítica, operando ativamente sobre a vida e a morte, sobre a humanidade e a desumanidade, sobre quem merece viver e morrer (FOUCAULT, 2008; MBEMBE, 2017; CAVALCANTE e BELLINI, 2023), sempre em nome da prosperidade do mercado e da maximização do lucro, de maneira a criar contextos em que a morte é aceitável, alguns sujeitos são suscetíveis a ela e o estado de exceção é naturalizado (BARROS *et al.*, 2021).

Nesse sentido, partindo de estudos, como de Foucault (2008), Fisher (2021), Mbembe (2017) e Almeida (2021), propomos essas duas categorias, “fracasso” e “descarte”, como modo de visibilizar e analisar a simultaneidade das maquinárias biopolíticas e necropolíticas em curso no projeto subjetivo neoliberal, o qual, ainda que tenha um eixo fundamental de subjetivação pautado na forma-empresa, produz outros eixos de gestão de sujeitos através de discursos como o do fracasso e de lógicas como a do descarte. Tais elementos operam paralelamente, de maneira a forjar inúmeros modos de existir à margem, em um processo contínuo de exclusão.

### **Os “sujeitos-fracasso”**

Não é de se estranhar que, funcionando a partir de uma lógica concorrencial, a qual se expande para todas as dimensões da vida, a lógica neoliberal promove uma divisão da sociedade entre “vencedores” e “perdedores”. Os “vencedores” são os adequados, ágeis, dotados de virtudes de gestão empresarial e valores morais, como esforço, trabalho duro e honestidade (DARDOT e LAVAL, 2016). Já os “perdedores”, que já podem ter sido seres em potencial um dia, são aqueles lidos como “fracassos” de sua própria autogestão, cujas condições materiais insuficientes para seu sucesso em nada se relacionam a contextos históricos, sociais, econômicos e políticos estruturantes de sua época – o que seria típico do capitalismo em

se apresentar, em toda a sua realidade e impacto, como transhistórico (BARROS e PASSOS, 2004).

Sob um prisma de pressupostos meritocráticos, o neoliberalismo persuade sujeitos de que sua condição, seja ela de vitória e ascensão, mas, principalmente, de fracasso é de responsabilidade sua (CAMBAÚVA e SILVA JUNIOR, 2005). O fracasso individual seria, nesse aspecto, a incapacidade de viver no paradigma neoliberal de instabilidade e flexibilidade generalizada (FISHER, 2021).

Nesse caso, o fenômeno da individualização e quase que psicologização do fracasso, como modo de apagar a possibilidade de contestação política do neoliberalismo, acaba por compor mais uma tentativa bem-sucedida de mascarar a face de um capitalismo selvagem, injusto e desigual em sua estrutura. Os sujeitos “culparão a si mesmos antes de culparem as estruturas sociais” (FISHER, 2021: 140), seja por seu fracasso como empreendedor, seja por condições de pobreza, desemprego ou precarização do trabalho, ou ainda por comprometimentos em sua saúde física ou psicológica, por não se adequarem à sociedade neoliberal (SILVA JUNIOR, 2021).

Paralelo a isso, a maximização da individualização do fracasso no neoliberalismo repercute ainda na impossibilidade de atribuir causa e responsabilização sistêmica, pois apenas sujeitos, enquanto unidade fundamental de funcionamento do mercado, poderiam ser responsáveis por suas ações (FISHER, 2021).

Além disso, a partir de um revestimento moral, sujeitos-fracasso não deveriam se submeter a políticas assistenciais do Estado que os “favoreçam” na competição. Isso porque para tais sujeitos, atravessados por injustiças sociais estruturais que já obstaculizam uma corrida justa, como a histórica pauperização de populações não-brancas, fruto de uma herança colonial e racista na civilização ocidental, subordinar-se à assistência estatal é correr o perigo de serem lidos como sujeitos preguiçosos e incapazes (SILVA JUNIOR, 2021), reafirmando, assim, o seu fracasso.

Assim, diante de “fracassos” que devem ser de responsabilização estritamente individual e que não podem ser reparados via injunções estatais, a racionalidade neoliberal justifica politicamente seus processos de inércia ou indução de diversos processos de exclusão, como o desemprego e a falta de condições materiais e simbólicas de bem-estar social, a partir da ideia de que lutar contra o “fracasso”, econômico e social, tem que acontecer também a nível do indivíduo, sob a mesma lógica concorrencial, com esforço e “trabalho duro” (DARDOT e LAVAL, 2016). No entanto, e quanto aos sujeitos que nem sequer podem estar na corrida sob o princípio do mercado?

## Os “descartáveis” da lógica neoliberal

Vista sob uma perspectiva ampliada, a ascensão e hegemonia do neoliberalismo tem expressado articulações entre modos de subjetivação e gestão de processos de exclusão. Isso porque, para a racionalidade neoliberal, alguns sujeitos são tidos como inaptos a operarem como uma empresa lucrativa e, nesse sentido, tal empreendimento-sujeito pode se tornar lucrativo para o sistema em seu apanhamento.

Esse processo de descarte e desumanização pode ser entendido como um modo de funcionamento da necropolítica, como tecnologia de produção e gestão de morte e da descartabilidade no contexto neoliberal (MBEMBE, 2017; BARROS *et al.*, 2021). Tal gestão denota um outro modo de existir no neoliberalismo, pois,

mesmo que seja discutido o sujeito-empresa como processo central de subjetivação neoliberal, há sujeitos que, sob condição de descartabilidade e de sobra do mercado (ALMEIDA, 2021), só são inteligíveis diante de regimes discursivos e dispositivos que os desautorizam em sua humanidade, legitimando sua eliminação. A articulação explícita entre racionalidade neoliberal e processos de exclusão reverbera decisivamente na existência e na experiência do sofrer de alguns sujeitos, pois, a partir da maquinaria necropolítica e da lógica de descarte, o neoliberalismo produz existências supérfluas, cujos sofrimentos sequer passarão pelo crivo do reconhecimento ou da legitimação.

Na versão brasileira do neoliberalismo, composta por hibridismos com outras racionalidades (SAFATLE, SILVA JUNIOR e DUNKER, 2021), como o racismo – histórico estruturante do sistema capitalista –, podemos analisar brevemente que políticas de exclusão e apagamento estão em pleno funcionamento, sob quais bases elas operam e quais sujeitos e formas de existir elas têm como alvo.

Se olharmos para o fenômeno do genocídio da população negra no Brasil, em que pretos e pardos, seja por ação ou omissão do Estado neoliberal, estão desproporcionalmente expostos a maior incidência da violência e da mortificação (BARROS *et al.*, 2021), podemos observar como o neoliberalismo articula uma maquinaria necropolítica infalível contra pessoas vistas como descartáveis, cuja conexão com a colonialidade e seu estrurante lógico, o racismo, coincide com sujeitos negros, negados em sua humanidade desde o período colonial, não mais rentáveis a esse novo modo de reprodução do capital (ALMEIDA, 2021).

É importante ressaltar que tal política de apagamento, coengendrada pela racionalidade neoliberal no cenário brasileiro, nem sempre aparece sob uma face tão explicitamente perversa, um algoz cruel. A necropolítica à brasileira no neoliberalismo (BARROS *et al.*, 2021) tem sido perspicaz ao reproduzir, por meio de fenômenos supostamente incontroláveis, como a pandemia de Covid-19, diversas desigualdades, as quais acabam por intensificar processos de descartabilidade de alguns sujeitos (NUNES *et al.*, 2023). Essa sutileza, como uma máscara que cobre as violências perpetradas pela governamentalidade neoliberal, pode ser observada ao analisarmos que a primeira morte por Covid-19 no Brasil, em março de 2020, foi de uma mulher não-branca, empregada doméstica, de 63 anos, após ser infectada na casa onde trabalhava (CAPONI, 2020). Nesse contexto, a pandemia deixou de ter apenas um status de situação calamitosa de saúde pública, para ser um fato político, um fenômeno que produz mutações ou, ao contrário, reforça políticas subjetivas e de exclusão em curso na hegemonia neoliberal, em que houve um processo desigual de precarização de certas vidas e fortalecimento da gestão necropolítica neoliberal (NUNES *et al.*, 2023).

Seguindo a discussão, as variadas formas de exclusão dos descartáveis da lógica neoliberal expressam-se ainda na intensificação das políticas de aprisionamento e confinamento. Segundo Passos (2018), prisão, manicômio, assim como diversas outras organizações, físicas ou simbólicas, de confinamento, funcionam como instituições de violência de caráter contundentemente racial, uma vez que estas “sustentam a reprodução do capitalismo e de sua sociabilidade. Não podemos esquecer que o “capitalismo e sua sociabilidade estão assentados no racismo” (PASSOS, 2018: 13). Nesse sentido, estas instituições de exclusão coincidem frequentemente com lugares “sem-lei”, pois, por abrigarem “descartes”, a defesa de direitos humanos e de condições básicas de uma vida digna é retórica que não possui espaço.

Ademais, além da função excludente e violenta de políticas de “descarte” no neoliberalismo, legitimadas pela atribuição desumanizadora, tais formas de gestão da barbárie ganham um novo bojo ao nos adensarmos na lucratividade do “mercado da exclusão”. É sobre esse aspecto que Davis (2018) se debruça ao discutir sobre o complexo industrial-prisional, cuja concepção seria a de que prisões e outras instituições de confinamento, além de cumprir a função de isolar sujeitos indesejados pela maquinaria capitalista atual, lucram nesse meio, por meio de privatizações, aquisições de altos recursos para manutenção de uma extensa população enclausurada, etc. Nesse sentido, se transpusermos para a realidade brasileira, a expansão do complexo industrial-prisional e, consequentemente, do lucro no “mercado da exclusão”, já se encontra bastante presente nos tempos atuais, principalmente se observarmos fatos recentes no campo da saúde mental, como a inclusão de comunidades terapêuticas, do setor privado, à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), ou mesmo as tentativas de retorno de um complexo hospitalar psiquiátrico, também do setor privado, para o cuidado de pessoas em sofrimento (CAVALCANTE e BELLINI, 2023).

## **Gestão neoliberal do sofrimento: individualismo e despolitização**

Ao discutirmos o sofrimento como uma experiência que, assim como existir ou viver em sua amplitude, possui uma historicidade, entendemos que o sofrer é permeado por condições sociais e culturais que o produz e o permite (TOMÉ, 2020). Tomando como perspectiva o modo de vida neoliberal, chegamos à questão de que, assim como existir, “não se sofre da mesma forma dentro e fora do neoliberalismo” (SAFATLE, SILVA JUNIOR e DUNKER, 2021: 33). Nesse sentido, quando falamos em modos de sofrimento no neoliberalismo, estamos atestando a ideia de que a experiência do sofrer não se constitui no vácuo e, por isso, há sofrimentos constituídos, geridos e atualizados especificamente no e por meio do neoliberalismo, viabilizados mediante a nossa experiência social de existir neste contexto.

Ao colocarmos em perspectiva a lógica normativa neoliberal e o sofrimento na atualidade, um fenômeno que observamos ter sido amplamente difundido e explorado é a abordagem individual e apolítica do sofrimento, mesmo em suas versões consideradas mais agudas, como é o caso dos chamados transtornos psiquiátricos. Conforme aponta Safatle, Silva Junior e Dunker (2021) e Angel (2020), o que ocorre no processo de hegemonia neoliberal é uma mudança nos modos como existimos, trabalhamos, e por conseguinte, sofremos. Versados a uma abordagem psicanalítica, os autores enfatizam que a leitura neoliberal sobre o sofrimento reflete uma mudança de narrativa, na qual essa apresenta-se cada vez mais ligada ao paradigma da ação individual.

Daí o porquê, para estes e outros estudos, como o de Cambaúva e Silva Junior (2005) e o de Angel (2020), o paradigma de sofrimento atual se inscreve na depressão. O termo que, coincidentemente, tem suas raízes na economia, caracterizado como um período econômico de rebaixamento da produção e da funcionalidade, na leitura sobre sofrimento diz respeito a um estado subjetivo caracterizado por tristeza, sentimento de vazio e significativa retração na capacidade de “funcionar” nas atividades cotidianas (SAFATLE, SILVA JUNIOR e DUNKER, 2021). Tudo isso lido sob uma perspectiva individual coloca como centro da discussão a própria “insuficiência” ou “incapacidade” de sujeitos responderem às demandas impostas pelo sistema normativo neoliberal (CAMBAÚVA e SILVA JUNIOR,

2005). Se articularmos ao aspecto da produtividade como o eixo que norteia o sistema de reconhecimento social na sociedade neoliberal (SCHELBAUER, 2020), a depressão comumente se traduz como uma indisponibilidade em responder os ditames da lógica produtiva, uma incapacidade em ser resiliente às dificuldades que a ‘vida’, em sua abstração da realidade concreta e social, nos impõe.

Ademais, se olharmos a partir de uma perspectiva mais ampla, que extrapola a situações de sofrimento ligadas à produtividade e à autogestão, e tocarmos no ponto da generalização da ótica individual a qualquer experiência do sofrer, principalmente aquelas associadas à tendência estruturante do neoliberalismo de produção de desigualdades numa perspectiva de exclusão social (SCHELBAUER, 2020; TOMÉ, 2020), podemos explorar ainda mais quais balizas e intencionalidades subjacentes à supremacia do indivíduo na explicação do sofrimento no neoliberalismo. Em seu estudo, no qual aborda diferentes visões de sofrimento de acordo com distintos sistemas sociais, dentre eles o neoliberal, Tomé (2020) aponta que:

A posição neoliberal (ou individualista) parte da ideia de negação do sofrimento enquanto um problema social e, deste modo, nessa perspectiva, tende-se a afirmar que os sofrimentos vivenciados pelas pessoas são sofrimentos individuais, que dizem respeito apenas a cada pessoa e que são consequência das ações e atitudes de cada um durante o curso de suas vidas. (TOMÉ, 2020: 321-2)

Sob tal raciocínio, deixa-se de compreender o sofrimento como um fenômeno social, imbricado às dinâmicas históricas, sociais e políticas circunscritas na existência do sujeito que sofre, reduzindo questões coletivas a consequências de escolhas individuais. A partir desse entendimento, ocorre uma responsabilização individual sobre qualquer situação que traga repercussões à saúde mental; responsabilização essa que se consolida tanto no que concerne ao nível causal e mantenedor do sofrimento, quanto à dimensão de tratamento e cuidado. Segundo Tomé (2020), isso seria resultado de um intenso esfacelamento dos laços solidários de vida em sociedade. Como coloca o autor, a perspectiva de que “não existe sociedade”, mas apenas indivíduos isolados, repercutem diretamente na leitura neoliberal do sofrimento, em como vivenciamos e o narramos.

Nesse sentido, não é de se surpreender que cada vez mais acentua-se o fenômeno da culpabilização por sofrimentos vividos, cuja incidência pode sinalizar a incrementação de uma segunda camada ao sofrer. Sendo responsável por sua vida, independente de condições e (falta de) oportunidades que permeiam suas escolhas (TOMÉ, 2020), o sujeito livre do neoliberalismo, ao sofrer, sofre adicionalmente pela culpa, mesmo que o “sofrimento primário”, entrelaçado a processos como racismo, pobreza, precarização do trabalho, estigma da loucura, entre outros, extrapole sua capacidade de agência e de “produção de soluções” à problemática.

Nesse sentido, o sofrimento gerido pelo neoliberalismo se configura como uma experiência em que desconfortos em relação à vida social e “problemas psicológicos” devem ser lidos e encarados, assim como tudo na sociedade neoliberal, de modo privado, apagando, portanto, o caráter sistêmico e entrecruzado do sofrimento – despolitizando, enfim, tal dimensão da nossa existência.

Associando tais fenômenos, individualização e despolitização do sofrer tornam-se duas faces de uma mesma moeda no neoliberalismo, pois a tônica da narrativa individual do sofrimento em saúde mental torna-se uma cortina de fumaça

para a real complexidade das problemáticas. Na medida em que a autorresponsabilização generalizada opera como um meio para esconder e mascarar problemas sociais complexos (TOMÉ, 2020), que demandariam respostas igualmente complexas coletivas, sucede-se um estado crítico de despolitização da saúde mental.

Nesse eixo, o que se concretiza, tanto para quem sofre como para quem presta assistência, é a redução gradativa do ato de nomear problemas sociais conectados aos processos de sofrer e/ou adoecer. Para Safatle, Silva Junior e Dunker (2021), a despolitização seria um fenômeno-chave no processo de narração do sofrimento no neoliberalismo, pois, ao produzirmos narrativas sobre o sofrer, negligenciando a nomeação de processos sociais e históricos conectados a tal questão, estamos esquecendo que clínica também é política. Estes autores defendem que é uma artimanha própria do capitalismo em seu novo espírito despolitizar questões que atravessam a vida em sociedade pois, ao fazer isso, a racionalidade neoliberal inviabiliza a possibilidade de contestação política e posicionamento crítico.

Diante disso, cabe dar relevo à ideia de que a problemática da despolitização se articula não só com o fenômeno da individualização, mas também com o da psicopatologização, principalmente na ênfase do aspecto biológico e neuroquímico de diversos modos de sofrimento codificados como transtornos mentais.

Sob tal noção, diversos modos de sofrimento na hegemonia neoliberal passam pelo crivo interpretativo da patologia e do desequilíbrio químico cerebral como origem e expressão do sofrer, esmaecendo a possibilidade de se pensar a dimensão sociopolítica como agente ativa na produção e manutenção dessa experiência, e ampliando o horizonte de intervenção da psiquiatria na vida cotidiana (SAFATLE, SILVA JUNIOR e DUNKER, 2021). Com a expansão da biologização e da psiquiatrização do sofrimento, as quais funcionam como principais ferramentas de comprovação da “verdade neoliberal” sobre o sofrimento, dado o caráter científico e aparentemente neutro, o que se observa é um aprofundamento de explicações e tratamentos biomédicos, em que se apreende a experiência de sofrimento, vista na perspectiva da doença, como um dado natural e abstraído do sujeito e da sua realidade social (ANGEL, 2020).

Aliando individualização, biologização e psiquiatrização do sofrimento, o projeto neoliberal tem como resultado um antídoto formidável para a continuidade do sistema: a despolitização. Além disso, criam-se demandas de mercado, pois, o discurso hegemônico, legitimado pela psiquiatria em sua versão biomédica e baseada em ‘evidências científicas’, de que o sofrimento se limita à esfera individual e possui origem biológica ratifica e atualiza a ideia de sujeito como objeto de intervenções psiquiátricas e farmacológicas no tratamento de seu sofrimento (INNOCENCIO, 2021). Nesse caso, não só em termos de causas, mas também em termos de assistência, a despolitização do sofrimento pela via da biologização e da individualização trata a atenção à saúde mental como uma operação objetiva descompromissada politicamente e como uma oportunidade de produção de consumo e lucro (INNOCENCIO, 2021; SAFATLE, SILVA JUNIOR e DUNKER, 2021).

O que emerge dessa dinâmica é o alastramento da compreensão de sofrimento encerrado no espectro de transtornos mentais. Resulta dessa noção o entendimento de que o sofrer só pode tratado via psicofármacos, já que tal experiência refere-se a um desequilíbrio químico – tal associação revela bem a intenção da gestão neoliberal do sofrimento em colaborar com os interesses do mercado farmacêutico (SAFATLE, SILVA JUNIOR e DUNKER, 2021). Ao gerir o processo

saúde-doença-cuidado a partir da lógica do negócio e da oportunidade de consumo, o neoliberalismo comprehende quem sofre não só a partir do olhar médico, como ‘paciente’, mas também o vê como consumidor e cliente da indústria farmacêutica (ANGEL, 2020; INNOCENCIO, 2021). Dessa maneira, a hegemonia neoliberal atualiza os objetivos de lucro do capitalismo ao sincronizar mais outra experiência subjetiva, o sofrimento, aos ditames do mercado.

Talvez a partir dessa noção mercadológica e lucrativa do sofrimento, seja possível apreender de forma mais compreensível a ideia desenvolvida por Safatle, Silva Junior e Dunker (2021): para estes autores, o neoliberalismo não apenas gera, no sentido de produção de sofrimentos próprios da época, como também gerencia a experiência do sofrer rumo à própria reprodução da hegemonia neoliberal, no sentido de encontrar aproveitamento econômico na experiência de sofrimento (ANGEL, 2020). Neste trabalho, adicionamos à ideia a reflexão de que o neoliberalismo não só gera e gerencia, como também atualiza sofrimentos que nascem no seio da organização social capitalista, fundada na necessária produção de desigualdades e marginalização social.

No entanto, retomando a ideia de gerenciamento do sofrimento pela racionalidade neoliberal, o que se consolida é uma contundente reformulação nos modos como compreendemos o sofrimento, os quais se baseiam em questões, como a individualização e a biologização, e repercutem na forma como o experenciamos, pautada em uma intensa autoculpabilização, e na maneira como tratamos, convergente aos interesses do mercado. Segundo Safatle, Silva Junior e Dunker (2021: 33), para o neoliberalismo “Não basta gerir o centro, há de se saber gerir as margens, configurar as formas possíveis do afastamento da norma”. Em síntese, não é apenas a “normalidade psicológica”, mas também o sofrimento interessa ao sistema normativo neoliberal. Tal noção pressupõe a ideia de que há escapões, há sofrimentos invisibilizados e interditados de participarem da gramática de reconhecimento neoliberal.

## **Sofrimentos não reconhecíveis na gramática neoliberal**

Conforme discutido na seção anterior, a perspectiva de sofrimento no neoliberalismo desliza sobre algumas bases que produzem determinada concepção de que trato social e modo de narrar são possíveis para que sofrimentos sejam lidos como tais, isto é, para que a codificação não seja de qualquer outra experiência do que propriamente a do sofrer. No entanto, nas zonas em que se escancara o caráter social e político do sofrimento (TOMÉ, 2020), e, portanto, aciona-se a possibilidade de crítica à hegemonia neoliberal, é preciso não só negá-lo em seu status de experiência subjetiva de sofrimento, como também descredibilizá-lo em sua importância e atravessamento na vida dos sujeitos e da sociedade.

Em um giro histórico, é salutar ressaltar que os processos de invisibilização ou desconsideração de certos sofrimentos no corpo social não são de criação neoliberal, mas configuram-se como uma atualização de tratos já típicos na história do capitalismo e de seus alicerces ideológicos. Isso se expressa, por exemplo, nos saberes e práticas psi, os quais historicamente fortalecem e legitimam – científica e socialmente – a ideologia dominante (DIMENSTEIN, 2000). Para Dimenstein (2000), numa discussão entre um modo popular de nomear o sofrimento, a expressão “doença dos nervos”, e as práticas psicológicas em serviços de saúde pública, há uma decisiva dissonância entre os modos como certos sujeitos – comumente pertencentes a segmentos sociais desfavorecidos – narram e analisam seus sofrimentos, e as formas aceitas e cabíveis de sofrer e narrar no campo psi.

Se articularmos tal panorama histórico à racionalidade neoliberal e sua astuta capacidade de distinção de sofrimentos considerados legítimos e outros não reconhecíveis, chegamos à noção de que o neoliberalismo, ressonante nas práticas em saúde mental, possui, de modo sistemático e intencional, uma tradução limitada na gramática do sofrimento. Isso significa que o sofrimento, ao ser visto sob um prisma pretensamente individual e biologizante (TOMÉ, 2020), retira da própria abordagem do sofrimento o papel decisivo de eixos de opressão e exclusão que estruturam o sistema neoliberal e operam na produção e atualização de adoecimentos em saúde mental.

Nesse sentido, sofrer por estar submetido a diversos processos de desigualdade social e ser atravessado por marcadores socioeconômicos que obstaculizam formas dignas de existir torna-se uma experiência que, na dimensão política, é inviável de ser reconhecida, a não ser que haja uma sintomatologia que marque o corpo e o categorize em classificações diagnósticas (SAFATLE, SILVA JUNIOR e DUNKER, 2021). Além disso, os processos necropolíticos em curso, envolvidos na expressão e gestão do sofrimento no neoliberalismo (CAVALCANTE e BEL-LINI, 2023), são ocultados em detrimento da massiva patologização do sofrer.

Quando se inviabiliza a possibilidade de sofrer decorrente de eixos históricos de exclusão e opressão, tal inviabilização reverbera nos modos como: 1) esse sofrer será experienciado; 2) serão produzidas respostas e possibilidades de cuidado em saúde mental. Nesse caso, sugere-se que, quanto menos se pode deliberadamente culpabilizar o sujeito pelo seu próprio sofrimento e, consequentemente, quanto mais fios de conexão pode-se estabelecer entre o sofrer e as condições históricas e sociais daquele/a que sofre, menos codificada é tal experiência no neoliberalismo.

Em avanço, na gestão neoliberal é reconhecida não só a dimensão do silenciamento de tais sofrimentos, mas a do apagamento, isto é, no eixo de reconhecimento não trabalha apenas uma tradução limitada do sofrer, como também uma ‘não-tradução’, cuja articulação ao processo de descarte interdita o direito ao sofrimento. Fanon (2008) já repercutia, em épocas distintas a do neoliberalismo, tal incapacidade de tradução do sofrimento de povos relegados à desumanização ao fazer uma articulação entre racismo, colonialismo e sofrimento. Para o psiquiatra martiniano,

Se o sujeito se constitui nas relações sociais e necessita do outro para construir uma imagem de si, mas este outro não o valida, então o racismo não se resume à inferiorização do negro, mas à impossibilidade de seu reconhecimento como humano e significa que seu sofrimento sequer precisa ser reconhecido como tal. (FAUSTINO e OLIVEIRA, 2020: 20)

À guisa de exemplo na contemporaneidade neoliberal, não são raras as vezes em que se aborda o sofrimento de mães que perderam seus filhos – comumente jovens, negros, pobres, lidos como ‘perigosos’ – em um discurso de ilegitimidade e marginalização desse sofrimento (RODRIGUES, 2019), como se não fosse necessário sofrer por essas mortes, já que são vidas descartáveis e não passíveis de luto (BUTLER, 2015). É necessário refletir que o eixo que norteia o não reconhecimento de tais sofrimentos no neoliberalismo é o próprio processo de desumanização, que interdita não só a existência, como impede a inteligibilidade de tais experiências como sofrimento.

É nessa esteira que se funda a noção de que, conforme os diferentes regimes de reconhecimento do sofrimento no neoliberalismo, há também distintos tratos, formas de intervenção e assistência. Em linhas gerais, isso exprime que, sendo

alguns sofrimentos mais reconhecíveis que outros, eles são tratáveis a partir de diferentes operações.

Isso não quer dizer, no entanto, que fenômenos comuns a diversas expressões de sofrimento no neoliberalismo seriam específicos de algum nível de reconhecimento social. A medicalização da vida, por exemplo, expressa-se como uma questão frequente a diversos modos de sofrer, pois transforma indiscriminadamente vários aspectos da existência em problema médico, independentemente de sua natureza e complexidade (ANGEL, 2020), ou seja, funciona como um elemento despolitizador do sofrimento.

Não obstante, o neoliberalismo, sendo fiel ao princípio geral da razão econômica como regente do social, diferencia formas de tratamento a distintos regimes de reconhecimento do sofrer, conforme o imperativo da lucratividade. Assim, se for possível lucrar com o sofrimento de quem produz (SILVA JUNIOR, 2021), em um sistema de exaurir e capitalizar tal exaustão, os modos de trato pensados serão bem parecidos a de uma tecnologia biopolítica, de manutenção da vida consante a certa racionalidade governamental (FOUCAULT, 2008), que na gestão neoliberal vem se traduzindo em uma hegemonia da psiquiatrização e da medicalização do sofrer. Contudo, se sujeitos, corpos sobrantes das dinâmicas do mercado (ALMEIDA, 2021), sofrem, as formas pensadas para tratamento muitas vezes coincidem com a gestão do “sofrimento dos corpos por meio da administração de condições mortíferas” (FRANCO, 2021: 2), sinalizando uma oportunidade de ganho lucrativo para o neoliberalismo.

Diante desses distintos regimes de reconhecimento do sofrer no neoliberalismo e suas variadas repercussões no tratar, evidencia-se mais uma vez como há uma gramática neoliberal de sofrimento que forja diferentes concepções e tratos, a depender dos sujeitos que encarnam esse sofrer (SAFATLE, SILVA JUNIOR e DUNKER, 2021). Ao realizar apagamentos a partir da maneira que narra, trata e, portanto, legitima, o neoliberalismo como gestor dessa experiência no contemporâneo comprehende que a política neoliberal de sofrimento se assenta sobre bases individuais e transhistóricas, categorias diagnósticas, tratamentos psiquiátricos e farmacológicos, de modo a recusar uma perspectiva sociopolítica e não-lucrativa de sofrimento e saúde mental.

## Considerações finais

De fato, analisar o neoliberalismo e seus entrelaçamentos no plano subjetivo e no âmbito do sofrimento em saúde mental demonstra-se uma tarefa de difícil execução. Isso porque ainda que ampliemos nosso olhar para os atravessamentos do *ethos* neoliberal nos modos pelos quais nos tornamos sujeitos e sofremos, é preciso relembrar frequentemente como estamos imersos nessa lógica, no qual o capitalismo neoliberal se vale de suas armadilhas de captura e opera mediante um movimento constante de recomposição, que prevê até desvios e resistências a ele (BARROS e PASSOS, 2004).

Contudo, compreender que estamos inevitavelmente dentro do neoliberalismo não é uma afirmação no intuito de imobilizar ou cair em uma noção “realista” de não haver mais alternativas (FISHER, 2021). Ao contrário, quanto mais nos compreendemos como sujeitos que existem em um projeto sistêmico, cujo funcionamento opera sob bases ultraindividuais e flexíveis, mais entendemos que um novo projeto de sociedade necessita do coletivo, mediante a conjunção de forças políticas e na emergência e expansão do princípio contra-hegemônico do *commum* (DARDOT e LAVAL, 2016). Como bem refletem tais autores, “A invenção

de novas formas de vida somente pode ser uma invenção coletiva, devida à multiplicação e à intensificação das contracondutas de cooperação.” (DARDOT e LAVAL, 2016: 401).

De maneira análoga para o campo da Psicologia e os saberes dialógicos a ela, ainda que entendamos que não pulverizaremos o neoliberalismo apenas a partir de nossa prática como profissionais e equipes de saúde mental, tão pouco podemos fazer frente se também não construirmos micropoliticamente redes e rotas de reinvenção do cuidado a pessoas que sofrem e demandam nossa atuação. Assim, acreditamos ser possível afirmar que este ensaio teórico produz ressonâncias interessantes para o campo da Psicologia, das Ciências Sociais e da Saúde Coletiva, de modo a propor um diálogo crítico entre hegemonia neoliberal e seus modos de gestão da subjetividade e do sofrimento.

Diante disso, entendendo que abordar subjetividade, sofrimento e lógica neoliberal extrapola disciplinas, campos, institucionalidades e o campo *psi*, esperamos que este escrito contribua para uma maior compreensão dos processos envolvidos ao discutirmos neoliberalismo e os modos pelos quais existimos, vivemos e adoecemos no contemporâneo. Para além disso, esperamos que este escrito possa aguçar nosso ousado desafio, como sujeitos e atores políticos, em apostar no coletivo, na invenção de novas solidariedades, de maneira a recusar-se a qualquer sistema social ou modo de vida que sustente seu funcionamento a partir da destruição do princípio do comum.

*Recebido em 30 de maio de 2024.  
Aceito em 31 de outubro de 2024.*

## Referências

- ALMEIDA, S. L. Necropolítica e neoliberalismo. *Caderno CRH*, 34: 1-10, 2021.
- ANGEL, C. O. “O neoliberalismo e a gestão do mal-estar contemporâneo”. In: CASTRO, F. C. L.; ROSA, B. J.; MARQUES, C. (org.). *Filosofia e Psicanálise: Psicopolítica e as Patologias Contemporâneas*. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2020. pp. 43-57.
- BARROS, J. P. P. et al. “A noção de Necropolítica no pensamento de Achille Mbembe: aproximações e deslocamentos em relação à Biopolítica em Michel Foucault”. In: GADELHA, S.; BESERRA, B.; MOTA, T. (orgs.). *Biopolítica, tecnocultura e educação*. São Paulo: Cambalache, 2021. pp. 129-151.
- BARROS, R. B. D.; PASSOS, E. Clínica, política e as modulações do capitalismo. *Lugar Comum*, 19-20: 159-171, 2004.

BERNARDES, A. G.; PELLICCIOLI, E. C.; MARQUES, C. F. Vínculo e práticas de cuidado: correlações entre políticas de saúde e formas de subjetivação. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18 (8): 2339-2346, 2013.

BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMBAÚVA, L. G.; SILVA JUNIOR, M. C. Depressão e neoliberalismo: constituição da saúde mental na atualidade. *Psicologia: ciência e profissão*, 25 (4): 526-535, 2005.

CAPONI, S. Não existe salvação individual na pandemia de Covid-19. *Boletim Especial*, 8: 30-33, 2020.

CAVALCANTE, L. L.; BELLINI, M. I. B. Saúde mental em tempos de ultraneoliberalismo. *Argumentum*, 15 (3): 79-94, 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DAVIS, A. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

DIMENSTEIN, M. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 5 (1): 95-121, 2000.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTINO, D. M.; OLIVEIRA, M. C. Frantz Fanon e as máscaras brancas da saúde mental: subsídios para uma abordagem psicossocial. *Revista da ABPN*, 12: 6-26, 2020.

FISHER, M. *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCO, F. L. Fazer precarizar: neoliberalismo autoritário e necrogovernamentalidade. *Caderno CRH*, 34: 1-15, 2021.

INNOCENCIO, G. O sofrimento psíquico na sociedade capitalista e neoliberal sob a ótica da determinação social do processo saúde-doença. *Mosaico*, 12 (3): 16-22, 2021.

KASTRUP, V.; BARROS, R. B. “Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia”. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. pp. 76-91.

MBEMBE, A. *Políticas da Inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.

NUNES, L. F. et al. Psicologia e Covid-19 no Brasil: desigualdades, precarização da vida e necropolítica. *Psicologia Política*, 23 (57): 72-87, 2023.

PASSOS, R. G. Holocausto ou navio negreiro?: inquietações para a reforma psiquiátrica brasileira. *Argumentum*, 10 (3): 10-22, 2018.

RODRIGUES, J. S. *Testemunhas da necropolítica: implicações psicossociais dos homicídios juvenis no cotidiano de suas mães*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), UFC, 2019.

SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SCHELBAUER, L. A democracia excludente e o sofrimento dos sujeitos frente à marginalização neoliberal. *Orbis Latina*, 10 (2): 161-185, 2020.

SILVA JUNIOR, N. “O Brasil da barbárie à desumanização neoliberal: do ‘Pacto edípico, pacto social’, de Hélio Pellegrino, ao ‘E daí?’, de Jair Bolsonaro”. In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. pp. 255-282.

TOMÉ, J. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O SOFRIMENTO SOCIAL. *Revista Ideação*, 1 (41): 314-331, 2020.